

O SERVIÇO SOCIAL E A SUPERACÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

THAISLAYNE NUNES DE OLIVEIRA
(ORGANIZADORA)



Atena
Editora
Ano 2020

O SERVIÇO SOCIAL E A SUPERACÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

THAISLAYNE NUNES DE OLIVEIRA
(ORGANIZADORA)



Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editores: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Lorena Prestes

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Me. Heriberto Silva Nunes Bezerra – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Profª Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
S491	<p>O serviço social e a superação das desigualdades sociais [recurso eletrônico] / Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: Word Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-014-8 DOI 10.22533/at.ed.148202904</p> <p>1. Desigualdade social – Brasil. 2. Política social. 3. Serviços sociais. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de.</p> <p style="text-align: right;">CDD 361</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Esta obra intitulada “O SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: Análises e perspectivas contemporâneas” é composta por 13 artigos que versam sobre as experiências profissionais de assistentes sociais e análises de políticas públicas. Cada capítulo apresenta diferentes abordagens metodológicas, como: pesquisa bibliográfica, documental, análise qualitativa, quantitativa, exploratória, conteúdo, e exposição dos resultados pesquisa de campo, os quais foram alcançados por meio de entrevistas e aplicação de questionários.

Caro leitor, cabe situar que o processo de trabalho do assistente social, assim como o desenvolvimento das diferentes políticas públicas, associam-se as relações sociais de uma sociedade em constante movimento e/ou um processo histórico. Desta forma, compreendê-los implica metodologicamente em considerar as relações de tempo e espaço da sociedade, bem como a conjuntura econômica, política, cultural e conseqüentemente a atuação estatal, afinal, as políticas são instrumentos manejados pelo próprio Estado.

Este livro foi subdividido em eixos de análise, a saber: 1) Serviço social e política de assistência social; 2) Serviço social e política de saúde; 3) Serviço social e política de educação; 4) Projeto social: um estudo local; e 5) Instituições de apoio para pessoas idosas: uma experiência internacional. Em tempo, observa-se que a maior parte dos textos foram elaborados por assistentes sociais, que realizaram análises das políticas públicas, por vezes partindo do próprio ambiente socioocupacional, tornando as respectivas análises ainda mais preciosas pelo ponto de vista da observação participante.

O primeiro eixo trata-se do “Serviço Social e Política de Assistência Social” inicialmente aborda o desenho desta política e o seu desenrolar no Estado brasileiro. Este arcabouço propiciou o desencadeamento das análises seguintes, que versam sobre a execução da política e sua complexidade nos diferentes níveis. É notório o protagonismo do Assistente Social na Política de Assistência Social, por isso torna-se ainda mais interessante visibilizar estes estudos, bem como proporcionar a leitura crítica acerca do processo de atuação.

O segundo “Serviço Social e Política de Saúde” abrange não somente a política de saúde, mas também as micro políticas inerentes à esta, como: oncologia, cuidados paliativos, direitos sexuais, saúde mental, desinstitucionalização, entre outros. Importante evidenciar que a política de saúde persiste como sendo uma das políticas mais empregadoras de assistentes sociais. No que tange as análises realizadas por assistentes sociais reconhecem-se as diferentes facetas do fazer profissional, que inclusive enriquece a análise das políticas públicas, e, simultaneamente possibilitam ao leitor viajar pela profissão em seus infinitos manejos nesta área, corroborando

com a capacidade de realizar análises sob o olhar crítico, criativo e propositivo, com vistas ao Projeto Ético Político.

O terceiro eixo “Serviço Social e Política de Educação” nos faz refletir sobre a transversalidade no cotidiano do alunado, sob a ótica de Assistentes Sociais vinculados a um Instituto de Educação e a um Centro Federal de Educação Tecnológica. São experiências locais e englobam realidades distintas, mas, que por vezes convergem principalmente se pensamos a realidade social brasileira e respectivos problemas comuns. Realizar esse tipo de análise é fundamental para influenciar no (re)desenho da política de educação, que precisa ir de encontro as necessidades dos usuários.

O eixo “Projeto Social: um estudo local” evidencia aspectos relacionados ao planejamento urbano e o cruzamento deste com o acesso as moradias de pessoas com “baixa renda”. Trata-se de um relato de experiência sobre a avaliação de determinado projeto, que indica aspectos relacionados à cidade, periferia, território e iniquidades sociais. Outra vez reafirmo a necessidade desse tipo de discussão, já que vivemos em tempos que indicam medidas de cunho neoliberal, com estratégias ainda mais conservadoras no Brasil, quiçá em diversos outros países do mundo.

O eixo “Instituições de apoio para pessoas idosas: uma experiência internacional” apresenta as fragilidades e limitações desta, especialmente pelo olhar dos dirigentes e das autoridades locais. Trata-se de uma experiência de outro país, fator que contribui significativamente para pensarmos as diferentes realidades, que tendem a influenciar em problemáticas locais. Mas, também nos remete a identificação de problemas comuns, o que também é primordial.

É sabido que o contexto brasileiro atual tem refletido drasticamente no desenvolvimento das políticas públicas e inevitavelmente no processo de trabalho do Assistente Social. Por isso, justifica-se a valorização destas análises, que advém dos resultados de estudos técnicos e pesquisas científicas. Ademais, este livro contribui com as análises das políticas públicas mais empregadoras dos assistentes sociais no Brasil, motivo pelo qual se ratifica a importância desta leitura.

Thaislayne Nunes de Oliveira

SUMÁRIO

SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CAPÍTULO 1 1

A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO DO SUAS E A IMPORTÂNCIA DA GARANTIA DOS DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Maria Guadalupe de Araújo Veloso Lima Freitas
Rosilene Marques Sobrinho de França

DOI 10.22533/at.ed.1482029041

CAPÍTULO 2 11

SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA ADULTOS E FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RUA: O DESAFIO DE TRANSITAR DE AÇÕES DE CARIDADE À EFETIVAÇÃO DE UM DIREITO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Helenita dos Santos Arruda
Rosângela Cavalcanti da Silva

DOI 10.22533/at.ed.1482029042

CAPÍTULO 3 25

AÇÕES DE ATENÇÃO ÀS CRIANÇAS COM MICROCEFALIA NO MUNICÍPIO DE TERESINA-PI: O SUAS EM AÇÃO VIA IMPLEMENTAÇÃO DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL

Jovina Moreira Sérvulo Rodrigues
Maria Guadalupe de Araújo Veloso Lima Freitas

DOI 10.22533/at.ed.1482029043

SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA DE SAÚDE

CAPÍTULO 4 36

A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ÁREA DA SAÚDE: DESAFIOS SOB O EIXO ACESSÓRIA, QUALIFICAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Eli Fernanda Brandão Lopes
Juliana Galete
Carolina de Sousa Rotta
Michael Wilian da Costa Cabanha
Leticia Nakamura
Joelson Henrique Martins de Oliveira
Giovana Ayumi Aoyagi
Clesmânia Silva Pereira
Alex Sander Cardoso de Souza Vieira
Letícia Ribeiro Moreira
Edivania Anacleto Pinheiro Simões
Maria de Fátima Bregolato Rubira de Assis

DOI 10.22533/at.ed.1482029044

CAPÍTULO 5 48

AVALIAÇÃO DOS USUÁRIOS SOBRE O “PROGRAMA EDUCAÇÃO EM SAÚDE AÇÕES DE HUMANIZAÇÃO NA CENTRAL DE QUIMIOTERAPIA DO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO E SALA DE ESPERA INFORMAR PARA ACESSAR”

Zilda Cristina dos Santos
Gabriela Santos Oliveira
Caroline Aparecida Vieira Silva

CAPÍTULO 6 56

COMUNICAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL : O PROCESSO DE ACOLHIMENTO NOS CUIDADOS PALIATIVOS

Andrea Frossard

Aline Baptista de Aguiar

Rafaela Rodrigues de Paiva

DOI 10.22533/at.ed.1482029046

CAPÍTULO 7 67

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS DAS MULHERES: REFLEXÕES PARA O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA

Lívia Maria e Silva

DOI 10.22533/at.ed.1482029047

CAPÍTULO 8 78

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DOS ASSISTENTES SOCIAIS NOS SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL EM JOÃO PESSOA- PB

Elisabete Vitorino Vieira

Ana Paula Rocha de Sales Miranda

Rafael Nicolau Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.1482029048

CAPÍTULO 9 94

CIBERATIVISMO DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE DESINSTITUCIONALIZAÇÃO EM SAÚDE MENTAL NO BRASIL: ENTRE O VIRTUAL E O POSSÍVEL

Lucia Cristina dos Santos Rosa

Sâmia Luiza Coêlho da Silva

DOI 10.22533/at.ed.1482029049

SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

CAPÍTULO 10 105

A EDUCAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL NOS ESPAÇOS DOS INSTITUTOS FEDERAIS ATRELADA AO PROEJA: UMA EXPERIÊNCIA NO CAMPUS JOÃO PESSOA-PB

Ranyellen Félix de Souza

Felicidade Dayana Monteiro Dias

Jailma da Costa Batista

Luís Eduardo Lima

DOI 10.22533/at.ed.14820290410

CAPÍTULO 11 117

EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR: DADOS DE UMA PESQUISA APLICADA AOS ALUNOS DAS ENGENHARIAS DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA(CEFET/RJ) - CAMPUS ANGRA DOS REIS

Carina Aparecida Antunes

DOI 10.22533/at.ed.14820290411

PROJETO SOCIAL: UM ESTUDO LOCAL

CAPÍTULO 12 128

PERCEPÇÃO DE LÍDERES COMUNITÁRIOS SOBRE UM PROJETO SOCIAL EM MINAS GERAIS

Cláudia Leocádio

Antônio Henrique da Mata Corrêa

Ana Cristina Viana Campos

DOI 10.22533/at.ed.14820290412

INSTITUIÇÕES DE APOIO PARA PESSOAS IDOSAS: UMA EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL

CAPÍTULO 13 138

INSTITUIÇÕES DE APOIO A PESSOAS IDOSAS EM PORTUGAL – PROBLEMAS E DESAFIOS ATUAIS E FUTUROS: ESTUDO NUM MUNICÍPIO RURAL

João Gonçalves

DOI 10.22533/at.ed.14820290413

SOBRE A ORGANIZADORA..... 149

ÍNDICE REMISSIVO 150

A EDUCAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL NOS ESPAÇOS DOS INSTITUTOS FEDERAIS ATRELADA AO PROEJA: UMA EXPERIÊNCIA NO CAMPUS JOÃO PESSOA-PB

Data de aceite: 13/04/2020

Ranyellen Félix de Souza

Mestre e Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba.

E-mail: rany_ae@hotmail.com

Felicidade Dayana Monteiro Dias

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba.

E-mail: dayanaa_monteiro@hotmail.com

Jailma da Costa Batista

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba.

E-mail: jailmassbatista@gmail.com

Luís Eduardo Lima

Graduado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba.

E-mail: dumariano_1590@hotmail.com

RESUMO: O referente trabalho tem como objetivo apresentar a Educação nos anos dois mil em peculiar a educação profissional, técnica e a de jovens e adultos que teve como resposta a criação de um programa que integra o curso profissionalizante a essa modalidade, tanto em nível médio como fundamental, apontando a experiência no Instituto Federal da Paraíba, no campus João Pessoa. O estudo foi fruto – de uma das autoras – para obtenção de título de

Bacharel em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba. Possuindo como referencial teórico uma pesquisa elaborada através de documentos e material bibliográfico, utilizando o método crítico dialético.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Técnica. Educação Profissional. Serviço Social.

TECHNICAL AND PROFESSIONAL EDUCATION IN THE SPACES OF FEDERAL INSTITUTES ATTRACED TO PROEJA: AN EXPERIENCE AT THE JOÃO PESSOA-PB CAMPUS

ABSTRACT: The aim of this work is to present Education in the year two thousand in a special vocational, technical and you thand adult education that had as answer the creation of a program that integrat es the vocational course to this modality, bo that the middle and fundamental levels ,pointing out the experience at the Federal Institute of Paraíba, on the João Pessoa campus. The study was the result – one of the authors – to obtain a bachel r'sdegree in Social Work from the Federal University of Paraíba. Possessing as the oretical reference a researche laborated through documents and bibliographic material, using the critical dialectic

almethod.

KEYWORDS: Technical Education. Professional education. Social service.

1 | INTRODUÇÃO

Na atual conjuntura brasileira, o Estado assume por meio de intervenções, sobre as complicações da “questão social” as políticas sociais e que estas são utilizadas de forma fragmentada, seletiva e focalizada. O direcionamento dado pelo Estado, a partir desta fragmentação pode ser interpretada como uma forma de moldar as políticas ao contexto neoliberal e de propagar o sistema capitalista. Abordados pela postura desenvolvimentista as políticas, inclusive a educacional, são “recrutadas” para contribuir com o desenvolvimento econômico e social, principalmente pós anos 1990, com a crise que se alastrou pela América Latina, aumentando a dependência externa e agravamento das desigualdades sociais.

Colocando em debate a necessidade de mudança, na construção de um projeto que recuperasse a crise, essa transformação foi compelida até os anos iniciais dos anos 2000, com a entrada de Luiz Inácio Lula da Silva na presidência, tomando um novo direcionamento, apresentando como resposta o projeto neodesenvolvimentista ou o novo desenvolvimentismo. Desta maneira, iniciasse um processo com o intuito de fazer o desenvolvimento social e econômico andarem lado a lado, na tentativa de conciliar igualdade social e crescimento conforme apontam SOUZA (2013) e CASTELO (2012).

SOUZA (2013, p. 29-37) apresenta o debate em que o neodesenvolvimentismo tenta ajustar os pressupostos neoliberais com o desenvolvimento capitalista na garantia de acumulação, progresso e desenvolvimento com a resolução dos problemas sociais mais básicos da população brasileira, fundamentando e vinculando esse projeto na criação de políticas sociais, como distribuição de renda e aumento de salário mínimo. Ao tratarmos da educação, em especial a educação profissionalizante, ela é utilizada como amparo para este discurso, combinando ensino com mão de obra qualificada. Fazendo com que mudanças existam, mas não superem os problemas que circundam a política educacional e nem a superexploração do trabalho.

Iremos, então, destacar a educação nos anos 2000, em peculiar a educação profissional e a de jovens e adultos que teve como resposta a criação de um programa que integra o curso profissionalizante a essa modalidade, tanto em nível médio como fundamental.

21A EXPANSÃO DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE DE CARÁTER TECNOLÓGICO

Atualmente a educação é considerada um direito direcionado para todos os cidadãos numa perspectiva de universalização. Esse caráter universal acaba por não se concretizar, estabelecendo restrições para que a educação e as demais políticas não alcance toda população, sendo direcionada para resolver os problemas imediatos. Favorecendo a organização e expansão do sistema educacional, condicionado a manutenção da ordem e atender as necessidades mínimas postas pela população. Ocasionalmente em vários fatores que influenciam no processo de continuidade escolar, reforçando ainda mais os aspectos contraditórios da sociedade e das ações governamentais.

Concordamos com SOUZA (2013, p. 38-40) quando ela explica que a universalização da educação, aparece como uma estratégia de conter as pressões da população por este direito e de uma formação profissional, utilizada e construída historicamente como uma das principais formas de mudança social. Discurso esse que fica escamoteado, com a obrigatoriedade de ensino, mas a universalidade é garantida em nível fundamental e não nos demais níveis¹. Neste sentido diferentes programas educacionais foram desenvolvidos e posto em execução com o objetivo de aumentar o acesso, a escolarização, a retomada aos estudos e seu adentramento no mercado de trabalho.

A expansão do ensino profissionalizante direcionado para a classe trabalhadora, acontece em meados da década de 1940, com a inserção do Senai e do Senac, e posterior de mais sete instituições, conhecido como “Sistema S”², proporcionando a oportunidade de acesso a parte da população antes renegada. É nesse contexto que vemos a atuação as Escolas Técnicas Federais com mais veemência, elas são convocados a se organizarem, ampliando suas ofertas de vagas na tentativa de diminuir as pressões da população por cursos (SOUZA, 2013, p. 47).

Em relatório, no ano de 1995, o Banco Mundial propõe ao Brasil que seu nível de equiparação escolar fosse melhorado, fazendo com que Fernando Henrique Cardoso desenvolvesse uma proposta de mudança na educação profissionalizante, anunciando neste mesmo ano:

1. Segundo a LDB de 1996, existe a obrigatoriedade da educação em todos os níveis, mas a universalização, segundo a Constituição Federal, em seu artigo 208, inciso II estabelece que para o ensino médio será de forma progressiva.

2. Conjunto de nove instituições, são elas: SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; SESI - Serviço Social da Indústria; SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, SESC - Serviço Social do Comércio; SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural; SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo; SEST - Serviço Social de Transporte; SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte, disponível em <http://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>.

A construção de um modelo de educação média desvinculada da educação profissional e introduzia uma vertente modulada no ensino técnico profissionalizante que articulasse qualificação profissional de curta duração e formação técnica, principalmente para o setor terciário da economia (CUNHA, 2005, p.253 apud SOUZA, 2013, p. 59).

Guiado pela reforma educacional, em 1996, promulga-se uma nova LDB- lei nº 9.394/96, estabelecendo a separação entre o ensino técnico do ensino médio. O sistema educacional agora organizado conforme seu artigo 4º, incisos de I a X.

A proposta para o ensino médio era o da politécnica, que consistia em estabelecer a relação entre trabalho manual e trabalho intelectual, porém a proposta não foi contemplada, enfatizando o que FRIGOTTO, CIAVATTA E RAMOS (apud SILVA, A., 2011, p. 36) caracterizaram de “[...]projetos fragmentados e aligeirados, de formação profissional, associados aos princípios de flexibilidade e da própria formação”.

Sobre os programas e políticas analisados nesse período temos o Plano Nacional de Qualificação (Planfor) e o Plano Nacional de Qualificação (PNQ). O Planfor implementado em 1995, perdurou até 2002, tinha como proposta Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda, todos amparados pelo decreto nº 2.208/97, que teve a incumbência de atender o acordo estabelecido entre o MEC e o Banco Mundial, além de fundamentar o Planfor, deu suporte para o desenvolvimento do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) (SOUZA, 2013, p. 102).

A legislação no fim dos anos 1990 veio então cooperar, mais uma vez, com as demandas do mercado de trabalho, em que:

Procurava-se atender à reestruturação da produção, que deixou de exigir a formação do trabalhador para um determinado posto de trabalho e passou a privilegiar o trabalhador polivalente, flexível, que, em sua concepção, poderia responder com mais eficiência às exigências da produção que se organiza em escala mundial. (SOUZA, 2013, p. 68)

Esse processo resultou, segundo a autora, da necessidade de elevar a escolaridade mínima dos trabalhadores e de atingir os objetivos preconizados para os países dependentes “[...] formando operários com títulos de técnicos e técnicos com títulos de tecnólogos” (SOUZA, 2013, p. 69). A década de 1990 traz consigo a institucionalidade da educação profissional. Data desse período a criação de escolas com parceria da rede privada mantidas e financiadas pelo PROEP que disponibilizou mais de 15 milhões de dólares para essa pactuação.

Utilizando das palavras de CUNHA (2005, p.244 apud SOUZA, 2013, p. 58), a autora supracitada, explica que a reforma da educação profissional foi gerida para lançar ao mercado de trabalho os jovens que acabavam o ensino técnico, pois muitos estudantes queriam prosseguir os estudos e ir para o ensino superior em vez de entrar no mundo do trabalho. Na conjuntura estudada, o índice de retração de empregos era alto e o desemprego preocupante, desta maneira a reforma e

ampliação do ensino técnico foram utilizados como uma ferramenta, afirmando que o que não existia era profissionais tecnicamente capacitados para ocuparem as ofertas de empregos disponíveis.

Além de enfatizar o aspecto dual do ensino que após a desarticulação do Ensino Médio (EM) da Educação Profissional (EP), reafirma o dualismo inscrito historicamente, em que o ensino profissionalizante destina-se a classe popular e a educação básica ou propedêutica a classe dominante “[...]a histórica dualidade entre formação geral e formação profissional, [...] a separação inequívoca ‘entre o acadêmico e o técnico’.” (SANTOS, G., 2010, p. 4)

KUENZER (2006, p. 14) estabelece três grupos que organizaram e operacionalizaram as Políticas de Educação profissional, já no governo Lula: o primeiro constitui a reformulação do PLANFOR, com aumento de cursos profissionalizantes dentro das fábricas e do ambiente de trabalho; o segundo articula os programas que apresentam o retorno da educação básica e profissional e o terceiro dá base para o surgimento do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE). Assim, tendo o intuito à inclusão de pessoas com idade superior a 16 anos ao mundo do trabalho, vários programas tiveram como objetivo a ampliação dos níveis de escolarização do trabalhador, dentre esses está o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA); cursos disponíveis pela rede privada e pelo “Sistema S” no primeiro grupo.

No segundo grupo, na continuidade de renovar aliança com o Banco Mundial, do PRONERA e do PROEP, iniciando o Programa Nacional de Inclusão de Jovens. Nesta intenção, destacamos a criação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (PROJOVEM) e do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), este último será pontuado em subitem separado, ambos já no governo Lula. O PROJOVEM criado em 2005, pela medida provisória nº 238 e o PROEJA, pelo decreto nº 5.840, foram estabelecidos pela nova LDB/96 e o decreto nº 5.154/2004 que revogou o decreto nº 2.208/97 e restabeleceu o ensino integrado.

E no terceiro grupo encontramos o Programa Primeiro Emprego, abrangido pela PNPE, lei nº 10.748/2003, alterada posteriormente pela lei nº 10.940/2004 e regulamentada pelo decreto nº 5.199/2004, tinha o objetivo de atender a juventude em vulnerabilidade social, com baixa renda e escolaridade, sem experiência profissional, sem a necessidade de comprovação de estar frequentando a escola, tendo duas linhas de atuação: qualificação social e profissional, com os projetos “Consórcios Sociais da Juventude”, “Empreendedorismo Juvenil” e “Soldado Cidadão” ligados ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e a de inserção imediata no mercado de trabalho, com os projetos Juventude Cidadão vinculado à

Secretaria Geral da Presidência da República pela Secretaria Especial de Direitos Humanos e articulado ao MTE; o projeto Escola de Fábrica, ligada ao MEC e com caráter de empreendedorismo e geração de renda o Jovem Empreendedor, executado em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

Vale destacar que a partir da década de 1990 com a reforma do estado orientada para o mercado e de parcerias entre os setores público e privado. Esses programas e políticas estabelecidas inicialmente no governo de FHC e posteriormente formuladas e implementadas no governo Lula, seguiram essa concepção, fazendo com que muitas das responsabilidades do Estado fossem direcionadas para a Sociedade Civil organizada, um exemplo é o discurso sobre os programas de publicização que permitiu a organização e execução de políticas públicas por instituições do terceiro setor. Sobre esse prisma que verificamos que o discurso do neodesenvolvimentismo, do governo do Partido dos Trabalhadores, não se desvincula inteiramente das concepções alavancadas pelo neoliberalismo (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

A crítica apontada para esses programas segue o entendimento de que não atendem à demanda e nem acompanham a realidade do público alvo, sendo uma demanda meramente formal, para cumprir metas e lançar ao mercado de trabalho esses jovens, onde os espaços ocupados são utilizados como mero reprodutor de conhecimentos que devem ser operacionalizados. Escondendo a ausência de políticas públicas de Estado para a educação profissional, pondo em evidência que essa atuação, é fragmentada, assistencial e compensatória, sem uma efetividade social, pairando sobre o discurso da inclusão.

Além dos programas que se iniciaram no governo da presidente Dilma Rousseff, como o Programa Brasil Profissionalizado, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), e os programas que continuaram de articulação entre educação básica com o ensino profissional, que aponta a precarização da educação, principalmente a profissional integrada ao médio, pois retoma a concepção assumida pelo decreto 2.208/97 de uma educação privatizada e mercantilizada, como também pelos programas de financiamento e expansão ao ensino superior como o PROUNI (Programa Universidade para Todos), o REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras), o FIES (Programa de Financiamento Estudantil).

FRIGOTTO E CIAVATTA (2011, p. 625) explicam que no plano estrutural não existiu mudanças sobre essa temática entre o governo FHC e os governos subsequentes do Partido dos Trabalhadores, com Lula e Dilma Rousseff. Para eles o campo educacional refletiu uma tendência que conservavam a estrutura social e suas relações, “[...] que reiteram a desigualdade no acesso aos bens e aos serviços

produzidos pelo conjunto da sociedade.” (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2011, p. 625).

2.1 Emergência do Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja

Com a revogação do decreto nº 2.208/97 e a criação da Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC) do MEC, lançando a proposta de políticas públicas para a educação profissional e tecnológica e sua articulação com outras políticas como o caso da educação de jovens e adultos. A partir de 2003 ocorreram seminários nacionais com vista a essa interação. Na tentativa de retomar o ensino médio alinhado para o trabalho e guiado para uma formação geral o decreto nº 5.154/2004 é publicado estabelecendo: I - qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores; II - educação profissional técnica de nível médio; e III - educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.

Representando para muitos profissionais da luta um grande ganho político para a Educação Profissional, pois os cursos de nível básico do decreto anterior, que atuavam independentes da escolaridade prévia do trabalhador, foram substituídos pelos cursos de formação inicial e continuada em todos os níveis de escolaridade. Este decreto proporcionou uma expansão dos CEFETs, que tiveram novas instituições para abarcarem a nova demanda e esperava-se que realmente existisse a superação da dualidade, porém ela persistiu, enfatizada pelo parecer nº 39/2004 que persevera em diferenciar os conteúdos do ensino médio e da educação profissional, possuindo um verdadeiro contraste, pois eram considerados distintos. Segundo SILVA (2011, p. 30) perdurou na dicotomia de uma formação para o mundo do trabalho e outro para o mundo intelectual.

Como verificamos, houve avanços com significativos entraves que proporcionaram a promulgação de outro decreto que propôs o PROEJA, o nº 5.478/2005, pondo no âmbito do discurso a representação da EJA em rede federal “[...] caracterizada, historicamente, pela qualidade de ensino ofertada e pela seletividade do público discente devido aos rigorosos exames de ingresso.” (SILVA, A., 2011, p. 47). Inicialmente esse decreto possuía limitações, pois não contemplavam os alunos matriculados no ensino fundamental, gerando várias discussões para a ampliação de sua abrangência e instituindo em 2006 o decreto 5.840, ampliando a sua abrangência, permitindo o acesso aos jovens e adultos em seus anos finais no ensino fundamental e a curso preparatório de formação continuada para os professores e gestores que trabalhavam com esta modalidade.

Possibilitou a entrada das entidades que iriam propiciar a oferta do programa como os sistemas de ensino estaduais e municipais, entidades privadas e aos Institutos Federais a obrigatoriedade de implantação dos cursos até o ano de 2007, em que deveria ser ofertado no mínimo 10% das vagas de ingressos da instituição

e posterior aumento nos anos seguintes.

Desta maneira no cenário de universalização subjetiva e de obrigatoriedade do ensino a nível fundamental e expansão para o ensino médio, evidenciamos o decreto nº 5.478/2005, que deu início ao Programa, sendo revogado em 13 de julho de 2006 pelo decreto nº 5.840, que trouxe diversas mudanças para o programa, inclusive a ampliação para o ensino fundamental. O PROEJA “[...] surge visando enfrentar as descontinuidades e o voluntarismo que marcaram a modalidade da EJA no Brasil bem como integrar à educação básica uma formação profissional.” (ARRUDA, 2012, p. 44).

De acordo com o documento base as políticas de EJA não acompanham o avanço das políticas públicas educacionais e nesta perspectiva de estabelecer uma política o PROEJA surge a partir da promulgação do Decreto nº 5840. De 13 de junho de 2006, com a intenção de inserir os jovens e adultos ao ensino médio com uma política estabelecida, direcionada para a formação humana.

SILVA (2011, p. 51) nos relata que a obrigatoriedade posta pelo decreto nº 5.840 não se estendia as outras instituições sendo destinada apenas para os institutos federais. Algumas tentativas foram feitas, mas não surtiram resultados, como por exemplo parcerias entre a SEMTEC/MEC e as secretarias de educação dos estados de Santa Catarina, Espírito Santo e Paraná “[...] porque a integração entre EP e EJA no nível médio possui uma dimensão político-pedagógica que não foi contemplada como exige a relação entre conhecimentos gerais e específicos.” (SILVA, A., 2011, p. 51). Assim os cursos e o programa deveriam considerar as características dos jovens e adultos a serem atendidos, podendo ser articulados ao ensino fundamental ou ao ensino médio. Deste modo os institutos federais foram os que na prática forneceram a integração entre as duas modalidades, possibilitando a conclusão a qualquer momento, o certificado quando atingido os requisitos de cada curso e o prosseguimento aos outros níveis da educação básica e superior.

2.2 O IFPB, Serviço Social e o PROEJA - Campus João Pessoa

O instituto originou-se do antigo Centro de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET-PB), tendo este nome – IFPB – a partir de 2008, após a aprovação da Lei nº 11.892, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, independente da denominação o instituto tinha como objetivo atender a população que precisava se profissionalizar e não podiam pagar pelo ensino.

O campus João Pessoa foi criado no início da década de 1960, denominado como Escola Técnica Federal (ETF-PB), transferido da Rua João da Mata para o prédio que se encontra instalado atualmente, na Avenida Primeiro de Maio, 720 –

Jaguaribe, PB. É neste período que são incluídos os primeiros cursos ligados ao antigo 2º grau, com intenção de atender a demanda desenvolvimentista do país. No início dos anos 1980, a escola passa a ofertar os cursos técnicos especiais, hoje conhecidos como cursos técnicos subsequentes. No decorrer dos anos, além da diversificação das denominações do instituto houve a expansão da atuação e da diversidade de cursos ofertados pela rede tecnológica no país e no estado da Paraíba (Dados colhidos no site da instituição, in: <https://editor.ifpb.edu.br/institucional/historico>).

Votando os olhos para o PROEJA, ele é ofertado pela primeira vez na instituição no ano de 2007, cumprindo exigências do decreto nº 5.840/06, inicialmente na unidade de João Pessoa com o curso de Qualificação em Informática para Serviços Administrativos, com ingresso de 40 alunos e na unidade de Cajazeiras, com o curso de Operação de Microcomputadores. O programa vem sendo articulado e desenvolvido desde o ano de 2007 e se estende até os dias atuais, sem muitas mudanças substanciais, configurado como resposta ao atendimento de jovens e adultos que necessitam retornar e dar continuidade aos estudos e terem uma profissionalização.

Se tratando do Serviço Social no instituto, surge por volta dos anos 1980 com a inserção dos assistentes sociais com atuação nas coordenações dos cursos com concessões de bolsas até a criação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), em 2010. No IFPB existem assistentes sociais em vários setores como: nos recursos humanos, na pesquisa e extensão, na reitoria e na Coordenação de Apoio ao Estudante (Caest), cada um com sua área de atuação. A coordenação é formada pelo trabalho das assistentes sociais e psicólogas, onde o Serviço Social atua com a Política de Assistência Estudantil conforme o decreto nº 7.324, de 13 de julho de 2010, que estabelece o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES e também, trabalho interdisciplinar, multidisciplinar (Dados colhidos no site da instituição IFPB).

No universo de observação no período conhecemos as várias nuances da instituição e sobre as questões e demandas no qual o assistente social pode atuar. Neste sentido ao observarmos a prática do exercício profissional conseguimos acompanhar as questões que circunda o universo do PROEJA, verificamos por meio de preenchimentos de formulários de levantamentos de expectativas e socioeconômico construído pela Caest, Coordenação Pedagógica (COPED) e demais departamentos de apoio ao estudante da instituição, que os alunos chegam com melhores expectativas possíveis, tanto na retomada aos estudos, formação e construção de uma nova realidade escolar e futuro profissional.

Como já mencionamos o trabalho nesta coordenação gira em torno dos benefícios da assistência estudantil, que requer muitos dos profissionais, pois é

um trabalho minucioso e moroso, burocrático e com vários entraves institucionais. Proporcionando o que SILVA (2012, p.17) demonstra como sendo a redução da atuação do assistente social ao estabelecimento de uma Política de Assistência Estudantil, sendo necessário o combate desta redução, pois essa “[...]é uma das dimensões e não podemos nos reduzir a ela.” (SILVA, M., 2012, p. 17). Não podemos negar que o Serviço Social surge no campo educacional para levantar a bandeira de inserção na política social educacional e não pôr se configurar em mais um preenchimento de cargo, sendo necessária a construção de estratégias para desfazer as amarras institucionais e não reafirmá-las, no instituto não pode ser diferente.

Tratando do PROEJA existe apoio aos estudantes, estruturalmente. O programa tem uma coordenação própria; eles possuem prioridades nos benefícios estudantis; por ser um curso direcionado para Eventos, participam na montagem dos eventos do instituto, mas o que pudemos observar é que com os “problemas” de cada indivíduo, de forma subjetiva e de suas características de vida, que pode dificultar a permanência do aluno e de seu reconhecimento como tal, esses não são bem levados a finco. O Serviço Social inserido nesse contexto, efetivando seu trabalho e tendo uma visão que “[...] existem dimensões da vida dentro da escola.” (SILVA, M., 2012, p. 17), pode dar um novo direcionamento a relação ensino-aprendizagem, porém como mencionado anteriormente, é necessário efetivar a atuação profissional em sua totalidade e romper com as amarras e não reiterá-las.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intervenção do Estado, como apontamos através das políticas sociais, são desenvolvidas com uma perspectiva mínima, de forma fragmentada, sempre apropriada a atender de um lado as necessidades mínimas da população e do outro as atrelando ao setor econômico. Com a educação não foi diferente, passou a ser vista, após o capital se vê em busca de força de trabalho mais especializada e o Estado de diminuir os índices de analfabetismo do país, que refletia de forma negativa para os demais países, no qual o Brasil por suas características de dependência tivesse de tomar algumas iniciativas para mudar essa conjuntura. Tais iniciativas não demonstram uma preocupação aos problemas que realmente permeiam a sociedade, o reflexo no âmbito educacional é enorme podendo ser expressos de diversa forma, e uma delas é a importância que a educação acaba não tendo em nosso país ou pela valorização do ensino direcionado para o mercado.

Com adoção do ideário neoliberal pelo estado brasileiro, expresso no grande arsenal de privatizações e na intensificação para educação técnica, fazendo com que as conquistas da Constituição de 1988, sejam desfavorecidas, com vários entraves

para sua efetivação, principalmente com a substituição da responsabilidade do Estado para as entidades privadas, as ONGs (Organização Não-Governamental), OCIPs (Organização da Sociedade Civil de Interesse público) e outros setores da sociedade civil organizada, aumentando a desigualdade que circunda nossa sociedade e direcionando ainda mais a educação em detrimento ao econômico.

Ao entendermos que esse processo ocasionado pela sociedade desigual influencia demasiadamente nos diversos níveis educacionais e de uma escola para os ricos e outra para os pobres, vimos a necessidade de abordar uma postura crítica compreendendo que nossa sociedade é permeada por contradições sendo necessário a análise dos problemas sociais, para além de suas expressões fenomênicas. Desta maneira, compreendendo que a educação está inserida nesse processo, de um sistema marcado pela exploração e tratada como uma mercadoria. Configurando a renegação, de uma educação emancipatória, para uma reprodutora, que as desigualdades continuam se propagando, como também o aumento das expressões da “questão social”, garantindo a reprodução da sociedade capitalista.

Como sabemos existe uma grande distância entre a efetividade dos direitos e os preceitos legais. Ter um arcabouço jurídico, uma legislação direcionada não é garantia de efetivação dos direitos de cada cidadão. Para nós, a educação deve ser calcada para a emancipação dos sujeitos, para proporcionar uma postura crítica, na qual são eles quem constroem a história e propiciam as mudanças necessárias.

Desta maneira é necessário ver a educação como um direito no qual não pode ser renegado, principalmente, na atual conjuntura, em que as políticas públicas e sociais acabam reforçando suas características e sendo moldadas para garantir seus ideais, voltado para o mundo do trabalho, aumentando ainda mais as questões ligadas ao social. O que acabamos observando e é necessário ser combatido a prática de o discurso ficar no papel. O debate não se encerra aqui é necessário combater as amarras e continuar na luta pela educação que emancipa os cidadãos.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Z. A. de A. **O PROEJA no IFPB campus João Pessoa pelo olhar dos alunos: expectativas no acesso e fatores de permanência.** Disponível em: <<https://ead.ifrn.edu.br/portal/wp-content/uploads/2012/coloquio/anais/eixo1/Zoraida%20Almeida%20de%20Andrade%20Arruda.pdf>>. Acessado em 10 ago de 2017.

BEHRING, E. R.. BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamento e história.** 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Base do Proeja** (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - Ensino Médio). Brasília, Ago. 2009.

CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico

brasileiro. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 112, ano 2012. (p. 613-636)

FRIGOTTO, G. CIAVIATTA, M. **Perspectivas sociais e política da formação de nível médio: avanços e entraves nas suas modalidades**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v32n116/a02v32n116.pdf>>. Acessado em 02 de set. de 2017.

INSTITUTO FEDERAL TECNOLÓGICO DA PARAÍBA. **Regulamento Didático do PROEJA**, Paraíba, 2010. (p. 1-26)

INSTITUTO FEDERAL TECNOLÓGICO DA PARAÍBA. **História da Instituição**. Disponível em: <<http://www.ifpb.edu.br/institucional/historico>>. Acessado em 10 de ago de 2017.

KUENZER, A. Z. **A Educação Profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a12v2796.pdf>> Acessado em 02 de set. de 2017.

SANTOS, G. S. dos. **A Reforma da Educação Profissional e o Ensino Médio Integrado: tendências e riscos**. Disponível em: <<http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT09-2565--Int.pdf>>. Acessado em 02 set. de 2017.

SILVA, A. P. M. **O Curso de Especialização do PROEJA no Município de Sousa –PB: desafios e possibilidades na formação de educadores de EJA**. Disponível em: <http://tede.biblioteca.ufpb.br/handle/tede/4636>. Acessado em: 25 mar. 2016.

SILVA, M. M. J. da. O lugar do Serviço Social na educação. In.: **Serviço Social na Educação: teoria e prática**. Campinas-SP: Papel Social, 2012. (p.15-31)

SOUZA, L. B.. **Reforma e Expansão da Educação Profissional Técnica de Nível Médio nos anos 2000**. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000927062&fd=y>. Acesso em 29 de ago. de 2017.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acolhimento 5, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 49, 56, 59, 61, 62, 63, 64, 66

Apoio 21, 29, 32, 61, 107, 110, 113, 114, 132, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 146, 147, 148, 149

Assessoria 36, 37, 38, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47

Assistência Social 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 22, 23, 24, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 38, 50, 52, 90, 103, 149

Assistente Social 25, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 50, 51, 52, 56, 59, 61, 62, 63, 65, 67, 69, 73, 75, 76, 81, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 113, 114, 117, 149

Assistentes Sociais 32, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 50, 52, 55, 60, 63, 67, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 113

B

Brasil 1, 2, 4, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 25, 26, 27, 28, 29, 38, 43, 46, 55, 56, 57, 58, 66, 68, 72, 77, 81, 92, 96, 97, 103, 104, 107, 110, 112, 114, 127, 128, 129, 131, 133, 136, 137

Brasileiro 1, 3, 4, 11, 34, 65, 69, 73, 80, 93, 99, 100, 107, 110, 114, 116, 128, 130, 131

C

Cidadania 1, 2, 3, 4, 5, 7, 9, 10, 21, 22, 29, 31, 32, 33, 34, 52, 67, 69, 71, 72, 73, 76, 77, 80, 81, 94, 96, 98, 102, 142

Cidade 17, 28, 83, 120, 128, 134

CRAS 5, 9, 29, 30, 33, 103

CREAS 5, 9, 30

Crianças 1, 15, 18, 20, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34

Cuidado Paliativo 57, 58, 62

D

Desigualdade social 136

Desinstitucionalização 81, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 102

Direito 1, 4, 6, 8, 9, 10, 11, 17, 18, 21, 30, 32, 33, 40, 49, 52, 54, 62, 68, 70, 72, 73, 95, 97, 101, 107, 115

Direitos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 19, 20, 21, 26, 30, 33, 34, 37, 40, 44, 45, 46, 51, 52, 53, 54, 55, 58, 59, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 84, 86, 87, 88, 96, 97, 101, 102, 104, 110, 115, 149

Direitos Socioassistenciais 1, 3, 5, 7, 8, 9, 10, 21

E

Econômico 6, 53, 106, 114, 115, 134

Educação 3, 6, 8, 22, 37, 40, 41, 43, 45, 46, 48, 50, 51, 52, 53, 59, 65, 95, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 125, 127

Educação profissional 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 115, 116

Estado 1, 2, 3, 5, 6, 7, 9, 11, 14, 17, 26, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 40, 68, 71, 73, 76, 80, 95, 96, 97, 98, 100, 102, 106, 110, 113, 114, 115, 124, 131, 137, 139, 141, 143, 144, 145, 146, 147

Evasão 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 126, 127

F

Família 4, 8, 21, 32, 33, 49, 61, 63, 65, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 124, 126, 130, 139, 147, 149

Formação 3, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 55, 56, 58, 74, 75, 77, 81, 92, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 116, 119, 125, 144, 145, 147

H

Humanização 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 59, 61, 62, 65, 76

I

Instituições 3, 6, 28, 37, 42, 56, 72, 81, 91, 95, 98, 107, 110, 111, 112, 118, 119, 125, 126, 127, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148

Integralidade 21, 40, 41, 59, 67, 68, 69, 72, 73, 74, 75, 76, 77

M

Microcefalia 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35

O

Oncologia 54, 56, 66

P

Política 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 27, 29, 30, 33, 34, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 59, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 80, 81, 82, 85, 89, 90, 92, 96, 98, 102, 103, 104, 106, 112, 113, 114, 115, 116, 124, 128, 129, 130, 133, 136, 149

Políticas Públicas 1, 8, 9, 19, 23, 25, 26, 27, 29, 31, 33, 34, 35, 50, 59, 66, 73, 86, 94, 103, 108, 110, 111, 112, 115, 133, 148, 149

Político 6, 38, 39, 40, 42, 43, 46, 50, 55, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 80, 81, 91, 96, 102, 111, 112, 134

Previdência Social 4, 26, 29, 32, 33, 38, 149

Problemas 30, 31, 34, 73, 75, 106, 107, 114, 115, 125, 129, 138, 140, 141, 142, 146

Profissional 8, 20, 21, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 50, 55, 59, 61, 62, 65, 67, 69, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 120, 136, 144, 147, 149

Projeto Ético Político 39, 50, 55, 67, 73, 74, 75, 77

Proteção Social 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 11, 13, 16, 17, 20, 21, 23, 25, 27, 30, 32, 102, 135, 139

Q

Questão Social 1, 27, 34, 40, 43, 52, 59, 60, 69, 82, 86, 90, 106, 115

Quimioterapia 48, 49, 51, 52, 53

R

Reforma Psiquiátrica 78, 80, 81, 82, 83, 86, 91, 93, 98, 102

Rua 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 52, 99, 112

S

Saúde 1, 3, 4, 8, 15, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 66, 67, 68, 69, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 128, 133, 139, 145, 148, 149

Saúde mental 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104

Seguridade Social 1, 2, 4, 23, 26, 29, 30, 38, 39, 49, 149

Sociais 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 20, 21, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 60, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 106, 109, 113, 114, 115, 116, 133, 134, 136, 139, 140, 141, 142, 144, 149

Social 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 105, 106, 107, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 120, 121, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149

SUAS 1, 5, 7, 8, 12, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 30, 31, 32

SUS 31, 38, 40, 41, 42, 43, 46, 49, 50, 55, 58, 67, 68, 73, 74, 75, 76, 80, 81, 99, 103

T

Trabalho 1, 2, 5, 8, 11, 13, 15, 18, 20, 22, 23, 24, 25, 36, 38, 39, 40, 41, 44, 45, 46, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 61, 63, 65, 66, 67, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 97, 98, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 123, 126, 128, 131, 132, 136, 138, 143, 145, 147, 148

U

Urbana 8, 30, 34, 128, 129, 130, 131, 133, 136, 137

V

Vulnerabilidade 5, 11, 31, 33, 109, 128, 131

 **Atena**
Editora

2 0 2 0